

mercado coronavírus

4 em cada 10 são pessimistas com o futuro da economia

Datafolha também aponta queda no número de brasileiros que acham que sua própria situação vai melhorar

Thais Carranção

SÃO PAULO Quatro em cada dez brasileiros (41%) têm a avaliação de que a situação econômica do país vai piorar nos próximos meses, com aumento do desemprego, avanço da inflação e perda do poder de compra, aponta pesquisa Datafolha.

O pessimismo é maior já registrado pelo instituto no governo de Jair Bolsonaro.

Para 29%, a situação econômica do país vai ficar igual, e, para outros 29%, vai melhorar —1% não soube opinar.

O Datafolha ouviu 2.065 pessoas por telefone em 11 e 12 de agosto. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Em dezembro de 2019, última vez em que o questionamento havia sido feito e antes da pandemia, o cenário era bem diferente: 43% opinavam que a situação econômica iria mudar para melhor, enquanto 31% achavam que ficaria igual e somente 24% pensavam que a coisa iria piorar adiante.

Os maiores índices de pessimismo são atingidos entre as mulheres (46%, ante 36% dos homens), os jovens de 16 a 24 anos (45%), as pessoas com ensino superior (46%) e os trabalhadores com renda familiar até dois salários mínimos (42%).

A opinião política afeta a percepção dos entrevistados quanto ao futuro da economia.

Com relação à avaliação do governo Bolsonaro, 56% dos que acham o governo ruim ou péssimo esperam também uma piora da atividade econômica, percentual que cai a 29% entre aqueles que avaliam o governo como ótimo ou bom.

De maneira análoga, o pessimismo é maior entre quem votou em Fernando Haddad (PT) no segundo turno e menor entre os eleitores do atual presidente.

Já o auxílio emergencial e o Bolsa Família têm pouca influência. O índice dos que acham que a economia vai piorar é bastante parecido entre quem recebe ou não os dois benefícios.

O pessimismo derrubou também a percepção dos entrevistados quanto a sua própria situação econômica, que costuma ser sempre melhor que a avaliação do país.

O percentual de entrevistados que acham que sua própria situação econômica vai melhorar despencou de 53% em dezembro de 2019 para 30% na pesquisa mais recente.

Os que acham que sua situação vai ficar como está passaram de 30% a 49% na mesma base de comparação, enquanto os que esperam que sua situação pessoal vai piorar passaram de 15% a 19%.

A percepção de que o desemprego vai aumentar nos próximos meses também é generalizada. Dos entrevistados, 59% acham que o indicador vai aumentar, ante 21% que opinam que vai diminuir. Para 19%, a falta de trabalho vai ficar estável.

Em dezembro, os que achavam que o desemprego iria aumentar eram 42%, enquanto para 26% haveria estabilidade, e 30% vislumbravam uma melhora do mercado de trabalho.

O temor de aumento do desemprego é maior entre mu-

lheres (62%), pessoas com 45 a 59 anos (65%), moradores do Sul e Sudeste (64% e 62%) e assalariados sem carteira assinada (67%).

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego chegou a 13,3% no trimestre encerrado em junho, a maior já registrada para o período.

Mas o indicador ainda não reflete totalmente os efeitos da crise, porque o instituto só considera como desempregados aqueles que estão efetivamente em busca de trabalho.

Economistas estimam que a taxa estaria mais próxima de 21,5%, considerando pessoas que estão desocupadas e gostariam de trabalhar, mas não estão procurando emprego devido à pandemia ou outros motivos.

A expectativa dos analistas é que a taxa cresça nos próximos meses, quando o fim do distanciamento social e da renda proporcionada pelo auxílio emergencial devem levar mais pessoas de volta à busca por ocupação.

Apesar de a inflação estar em nível historicamente baixo —o IPCA acumula alta de 2,31% em 12 meses até julho, bem abaixo da meta de 4% para este ano e até do piso da meta (2,5%)—, uma ampla maioria de brasileiros espera alta dos preços à frente.

São 67% os que esperam que a inflação vai aumentar nos próximos meses, ante 11% que acham que vai diminuir. Para 18%, o indicador vai ficar como está. Em dezembro, esses percentuais eram de 52%, 17% e 27%, respectivamente.

A percepção de que os preços vão aumentar é maior entre as mulheres (72% delas acham que a inflação vai crescer), as pessoas com renda familiar até dois salários mínimos (70%), os desempregados (72%) e aqueles que avaliam o governo Bolsonaro como ruim ou péssimo (78%).

O pessimismo com relação à inflação se reflete na avaliação das pessoas quanto ao poder de compra dos salários.

Para 43%, o poder de compra vai diminuir, 37% esperam que ficará igual e 17% que vai aumentar. Em dezembro, os percentuais eram, respectivamente, de 38%, 32% e 27%.

Entrevistas foram feitas por telefone devido à pandemia

A pesquisa telefônica, utilizada neste levantamento do Datafolha, representa o total da população adulta do país.

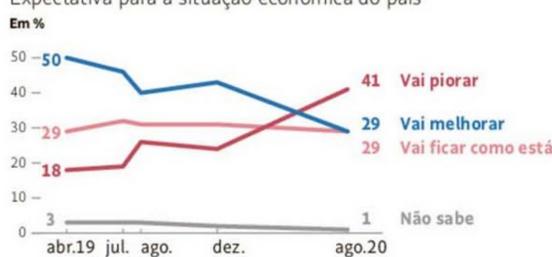
As entrevistas foram realizadas por profissionais treinados para abordagens telefônicas e as ligações feitas para celulares, utilizados por cerca de 90% da população.

O método telefônico exige questionários rápidos, sem utilização de estímulos visuais, como cartão com nomes de candidatos. Assim, mesmo com a distribuição da amostra seguindo cotas de sexo e idade dentro de cada macrorregião, e a posterior ponderação dos resultados segundo escolaridade, os dados devem ser analisados com alguma cautela por limitar o uso desses instrumentos.

Todos os profissionais do Datafolha trabalharam em casa.

Pessimismo com a economia é recorde no governo Bolsonaro

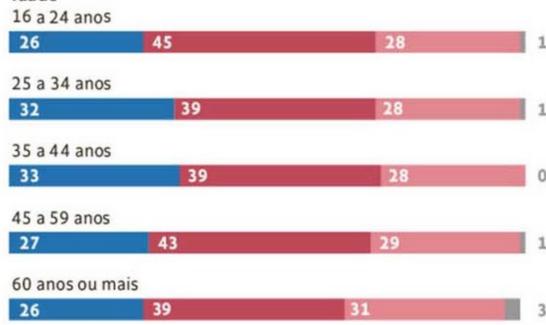
Expectativa para a situação econômica do país



Sexo



Idade



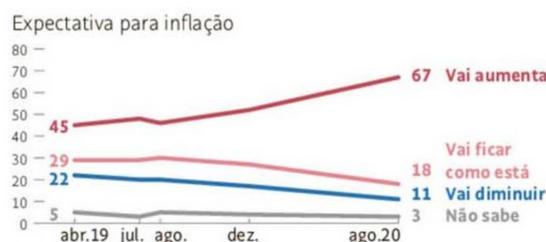
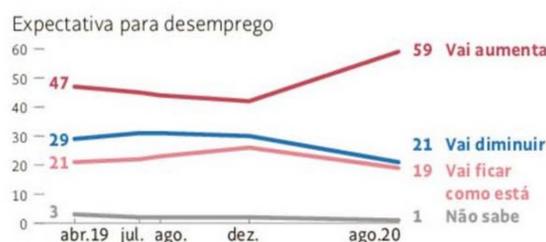
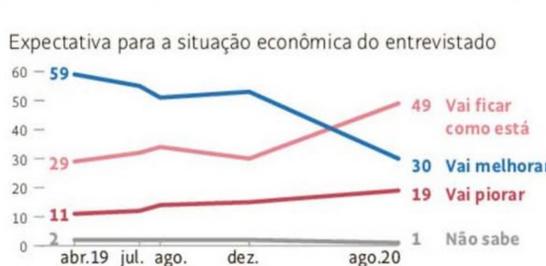
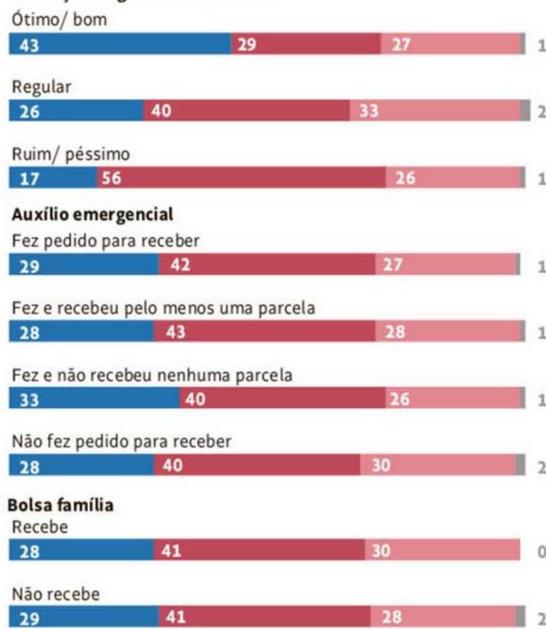
Escolaridade



Renda



Avaliação do governo Bolsonaro



Governo avalia prorrogar de novo corte de salário e suspensão de contrato

Thiago Resende

BRASÍLIA O governo estuda permitir que os acordos de suspensão temporária de contrato de trabalho e de corte de jornada —e de salário— tenham um prazo maior. A prorrogação deve ser de 60 dias.

Com isso, o período máximo para que essa medida seja adotada passaria a ser de 180 dias, ou seja, seis meses a contar a partir da assinatura do acordo entre patrão e empregado.

O programa que visa evitar demissões em massa durante a pandemia da Covid-19 foi criado em 1º de abril.

Até esta quarta-feira (19), mais de 16,3 milhões de acordos de redução de jornada e suspensão temporária de contratos foram assinados.

Pelas contas da equipe econômica, a medida deveria alcançar 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada, mais de 70% de todos os empregados formais.

Foram reservados para esse programa R\$ 51,2 bilhões a serem gastos neste ano. Mas o balanço mais recente mostra que cerca de R\$ 20 bilhões foram desembolsados.

Assim, ainda há espaço no Orçamento para que a medida seja estendida. A prorrogação deve ser feita por decreto a ser assinado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Essa ampliação do prazo do programa já foi feita. Em julho, Bolsonaro publicou um decreto permitindo que os acordos tenham validade por até 120 dias. Esse é o período máximo, portanto, atualmente em vigor.

Quando o programa foi criado, em abril, a ideia era que a suspensão de contrato fosse válida por até dois meses. Portanto, esse limite já foi dobrado, com o ato do presidente em julho.

A redução proporcional de jornada e salário foi desenhada inicialmente para ter um prazo de três meses e, em julho, ganhou um período adicional de 30 dias.

A possibilidade de prorrogação por decreto foi incluída pelo Congresso, quando aprovou a proposta de mudanças nas regras trabalhistas permitindo os acordos durante a pandemia.

Por acordo individual, o empregador pode fazer cortes de jornadas e salários em 25%, 50% ou 70%, a depender da faixa de renda do trabalhador. Nos acordos coletivos, é permitida redução em qualquer percentual.

Trabalhadores afetados pela medida têm direito a uma estabilidade provisória no emprego pelo período equivalente ao da redução do corte de salarial. Se a empresa decidir demitir sem cumprir a carência, precisará pagar uma indenização maior.

O governo paga ao trabalhador com redução de jornada e salário uma proporção do valor do seguro-desemprego. A compensação é de 25%, 50% ou 70% do seguro-desemprego, que varia de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,03. No caso da suspensão de contrato, o empregado recebe o seguro-desemprego integral.

Volkswagen negocia demissão de 5.000, afirma sindicato

Eduardo Sodré

SÃO PAULO A Volkswagen abriu negociações com os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e da Grande Curitiba para reduzir seu quadro de funcionários no Bra-

sil. A entidade afirma que a iniciativa da reunião, realizada nesta terça (18), partiu da empresa.

De acordo com os sindicalistas, a montadora propõe a redução de 35% da mão de obra no Brasil, que está distribuída por três fábricas no estado de São Paulo e uma no Paraná.

O corte representaria a demissão de aproximadamente 5.000 funcionários em diferentes setores.

A montadora não confirma o número, mas diz que há um excedente de mão de obra devido à crise causada pela pandemia do novo coronavírus.

A Volkswagen diz que as negociações foram abertas, mas ainda tenta atenuar o problema por meio de medidas de flexibilização do trabalho.

De acordo com o sindicato, a empresa apresentou propostas que incluem flexibilidade de jornada, corte do reajuste salarial, redução do valor da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e alterações em benefícios como transporte, alimentação e plano médico.

A Volkswagen afirma que decisões sobre cortes dependem da evolução do mercado automotivo no Brasil.

Hoje, a montadora trabalha com uma previsão de queda de 40% nas vendas de automóveis e de 45% na produção, dado levantado pela Anfavea (associação das montadoras).

Em nota, a VW diz que está "avaliando em conjunto medidas de flexibilização e revisão dos acordos coletivos vigentes para adequação ao nível atual de produção, com foco na sustentabilidade de suas operações no cenário econômico atual, muito impactado pela pandemia do novo coronavírus."

O setor automotivo tem dado sinais de recuperação mais rápida do que outras áreas no país, com média diária de vendas se aproximando das 8.000 unidades em agosto. Entretanto, os resultados atuais não escondem os problemas acumulados nos últimos cinco anos.

De acordo com a Anfavea, foram produzidos 170,3 mil veículos em julho, alta de 73% em relação a junho. Na comparação com julho de 2019, há queda de 36,2%. Os dados incluem carros de passeio, veículos comerciais leves, ônibus e caminhões.

A forte queda nas vendas registrada entre 2014 e 2016 fez a ociosidade na indústria automotiva ultrapassar os 50%. Com a pandemia, a lenta retomada que começou a ser registrada em 2017 foi interrompida.

De acordo com dados contabilizados pela Anfavea, cerca de 3.000 postos de trabalho foram cortados na indústria automotiva ao longo da pandemia.

O número seria ainda maior caso a Renault não tivesse revisado as 747 demissões realizadas em julho e, por decisão judicial, reaberto as negociações com o sindicato da Grande Curitiba. A fábrica da empresa fica na cidade de São José dos Pinhais, próxima da unidade paranaense da Volkswagen.

A General Motors também abriu negociações com os sindicatos e apresentou a proposta de PDV em São Caetano do Sul (Grande São Paulo) e São José dos Campos (interior de São Paulo).

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, os benefícios oferecidos a quem aderir ao PDV na unidade incluem salários adicionais, extensão do convênio médico e um carro popular Onix Joy.